



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Codevasf – 15ª/SR

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do objeto licitado, previstas no Termo de Referência e que aqui, após relacionadas, passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência será aprovado por ato da autoridade competente e o Estudo Técnico Preliminar foi aprovado pela autoridade competente, conforme consta do processo.

Justificativas:

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade: Considerando que a CODEVASF - 15ª/SR não possui disponibilidade de pessoal e equipamentos necessários para a execução direta dos serviços pretendidos, entendemos ser a contratação de terceiros o caminho adequado à consecução dos objetivos, por se tratar de um serviço essencial.

Esta contratação permitirá o suporte às ações, viabilizando um melhor gerenciamento dos serviços prestados, a alcance das metas institucionais, minimizando os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade dessas atividades, especialmente na manutenção da segurança do ambiente de trabalho.

O expressivo crescimento da alocação de recursos à Codevasf (Emendas Parlamentares, TED's e Convênios), incluindo essa 15ª Superintendência Regional, resultando no excepcional incremento do volume de serviços e trânsito de pessoas, além de que o quadro de empregados desta instituição não acompanhou a dimensão de tais eventos, deflagrou a imprescindibilidade desta contratação, caucionando o alcance das metas institucionais e a segurança do ambiente.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado: Foi elaborada a planilha custos (peça 05), com base na CCT 2024 da categoria para cálculo estimado máximo da mão-de-obra dos postos acima citados, sendo que a metodologia dos cálculos teve por base a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, bem como pesquisas de preços no mercado para aferir custos médios de equipamentos, materiais, insumos, e outros serviços, além de pesquisa no painel de preços do governo federal para constatação se os preços de mão-de-obra por posto de trabalho estariam compatíveis com os valores encontrados na planilha de estimativa de custos.

Dos requisitos de aceitação e pontuação das propostas: Quanto aos requisitos de aceitação, tem-se o disposto no item 11 do Termo de Referência, elaborados conforme item 7 do ANEXO VII-A da INSEGES 05/2017. Já sobre a pontuação das propostas, não se aplica, por não se tratar de licitação que utiliza o critério de julgamento “Técnica e Preço”.

Das exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações: Vide o Termo de Referência, elaboradas conforme item 10.3 do ANEXO VII-A da IN SEGES 05/2017

Da não previsão de requisitos exigidos com vistas à sustentabilidade socioambiental da contratação: Baixo impacto/Não se aplica. Todavia, a prestação de serviço e o material de consumo, utensílios e equipamentos necessários à

execução contratual devem ser fornecidos pela contratada observando os critérios de:

- Menor utilização de recursos naturais em seus processos;
- Menor presença de materiais perigosos ou tóxicos;
- Maior vida útil;
- Possibilidade de reutilização ou reciclagem;
- Geração de menor volume de resíduos.

Dos critérios de reajustamento e repactuação de preços: Vide item 13 do Termo de Referência. Critérios elaborados conforme itens da subseção VI da IN SEGES 05/2017

Da necessidade da contratação: como benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação, tem-se a segurança dos ambientes de trabalho, que irá proporcionar condições das demais áreas executarem suas atividades, bem como receber a população em geral com estrutura funcional.

A demanda possui alinhamento com as ações desenvolvidas pela CODEVASF, uma vez que se alinha ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI (2022-2026) da Codevasf no que se refere à melhoria contínua de processos de trabalho bem como para assegurar a logística corporativa desta empresa pública. Essa contratação estava prevista no Plano Anual de Contratações e possui Estudo Técnico Preliminar – ETP

Todos os critérios ambientais e de segurança do trabalho, respeitaram os princípios da legalidade e da isonomia entre os licitantes e não restringem a competição porque decorrem de normas gerais que devem ser seguidas por todas as empresas dos setores envolvidos no objeto licitado.

Os serviços de vigilância consistem em serviços de natureza continuada, pois a sua interrupção pode comprometer as atividades desempenhadas pela Administração e, conseqüentemente, causar danos ao patrimônio público.

A licitação será realizada em grupo único, compreendendo os itens 1, 2 e 3.

Da adoção do Pregão Eletrônico: Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de serviços comuns. A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução dos serviços objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como serviços comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que os serviços sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva os serviços que serão contratados.

Justificativa da adoção do valor estimado público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas públicas, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento: Menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

Dos requisitos de Qualificação Técnica: Quanto a qualificação técnica, exige-se a apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m) a prestação de serviços de vigilância,

necessários à execução adequada dos serviços, de modo a comprovar aptidão atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o processo licitatório. Tais requisitos constam do item 15 do TR.

Dos requisitos de habilitação econômico-financeira: foram adotados os requisitos previstos no item 11.1 do Anexo VII-A da IN 5/2017-MPDG. Tais requisitos constam do subitem 12.2.2 do TR.

Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas: A contratação dos serviços em um único grupo justifica-se pelo fato de que cada um dos postos de serviço realizará suas atividades em períodos distintos, sendo um diurno e o outro noturno. Além disso, são próximos entre si, no mesmo local de trabalho. Para a CODEVASF a possibilidade de contratar o serviço de uma única empresa para os postos torna-se interessante diante de uma logística mais facilitada, bem como confere a possibilidade de maior controle e fiscalização dos serviços prestados, além de proporcionar uma maior economia de escala na contratação, resultando assim num conjunto de fatores que direcionam economicidade para a administração pública.

Da não exclusividade e/ou cota reservada para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte: O objeto a ser licitado não se enquadra na previsão de benefícios previstos nos incisos I e III do art. 48 da LC 123/2006.

Permissão para Participação de Consórcios:

Não: Por se tratar de prestação de serviços comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas, de forma isolada, podem, perfeitamente, conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas:

Não: Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço/operações/atividades exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.

Permissão para Subcontratação:

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual: Os fornecimentos/serviços a serem contratados serão executados no prazo superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Garantia de Execução (caução): Faz-se necessária a apresentação de Garantia de Execução, conforme item 19 desses Termos de Referências, de modo a assegurar o pagamento de: a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; b) Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e d) Obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada.